



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 13 No 4 Junho 2011



ÁREA DE COMÉRCIO LIVRE COBRE METADE DE ÁFRICA

POLÍTICA	3
INFRA-STRUCTURA	4
SEGURANÇA ALIMENTAR	5
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	6
ENERGIA	7-10
BREVES	11
COOPERAÇÃO SUL-SUL	12
GÉNERO	13
ELEIÇÕES	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

OS LÍDERES de 26 Países Africanos deram mais um passo importante rumo a uma Área de Comércio Livre (ACL) que cobrirá metade da África oriental, literalmente de Cabo a Cairo, isto é, da África do Sul ao Egito.

Reunidos na África do Sul a 12 de Junho, na sua segunda Cimeira conjunta, os líderes das três das Comunidades Económicas Regionais (CER) lançaram formalmente as negociações para o estabelecimento de um mercado integrado dos 26 Países abrangendo:

- o Uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas;
- o Um Produto Interno Bruto total (PIB) de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos;
- o Metade da União Africana (UA) em termos de adesão;

- o 57 por cento da população total da União Africana; e
- o Mais de 58 por cento apenas em termos de contribuição para o PIB total.

Espera-se que o estabelecimento da chamada "Grande" Área de Comércio Livre possa vir a reforçar o comércio intra-regional através da criação de um mercado mais amplo, aumento dos fluxos de investimento, aumento da competitividade e do desenvolvimento de infra-estrutura inter-regional.

Esta ACL, formalmente conhecida como a Zona Tripartida de Comércio Livre, está sendo estabelecida pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

O Quadro Legal e Institucional foram acordados através de um Memorando de Entendimento Tripartida sobre Cooperação e Integração Inter-Regional assinada pelo COMESA, EAC e SADC, que entrou em vigor a 19 de Janeiro de 2011.

Por forma agilizar os preparativos para a aplicação, os líderes adoptaram uma abordagem de desenvolvimento Tripartido para o processo de integração, assente em três pilares:

- > Integração do mercado com base na ACL Tripartida;
- > Desenvolvimento de infra-estrutura para aumentar a ligação e reduzir os custos de negócios; e
- > Desenvolvimento industrial para resolver os constrangimentos de capacidade produtiva

continua na página 2...

Área de Comércio Livre cobre metade de África

continuação da página 1...

Além de lançar as negociações para o estabelecimento da ACL Tripartida, os líderes do COMESA, EAC e SADC adoptaram um roteiro, bem como a negociação de princípios, processos e estrutura institucional. Eles também definiram um programa de trabalho e um roteiro de desenvolvido para ser o pilar da industrialização.

A Comissão da União Africana expressou forte

apoio à cooperação tripartida no âmbito da criação de uma Comunidade Económica Africana e da Visão global da União Africana e da estratégia apresentada no Plano de Acção de Lagos (1980), o Tratado de Abuja (1991), bem como a Resolução da Cimeira da UA de 2006, que recomendou a comissão e as CERs para criar mecanismos para facilitar a harmonização e coordenação dentro e entre as CERs.

A primeira Cimeira Tripartida decorreu em 2008, no Uganda, com o compromisso inicial para a implementação de programas no comércio e integração aduaneira e económica, livre circulação de pessoas e bens e desenvolvimento de infra-estrutura entre as três RECs.

Na área de desenvolvimento de infra-estrutura, o progresso é já evidente nos planos para reforçar o corredor de transporte Sul-Norte entre Dar-es-Salaam e

Durban, com o apoio de parceiros de cooperação internacional e da comunidade de doadores.

Ajuda para programas do Comércio está sendo desenvolvida para os outros corredores principais, incluindo corredores marítimos, e projectos prioritários serão apresentados numa Conferência Tripartida da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento de Infra-estruturas e Investimentos (IGAD), no Quênia, nos dias 29 e 30 de Setembro de 2011.

O anfitrião da recente Cimeira Tripartida, o Presidente Jacob Zuma, da África do Sul, descreveu o encontro histórico que lançou as negociações da ACL Tripartida como "um marco importante na integração da África".

O Egito vai acolher a próxima Cimeira Tripartida. □

Como vai funcionar a ACL

O DOCUMENTO da grande ACL lançado na 2ª Cimeira Tripartida, na África do Sul, está em forma de um projecto de acordo que contém 14 anexos que cobrem várias áreas complementares consideradas necessárias para o funcionamento eficaz de um mercado regional.

A principal proposta é o estabelecimento de uma tarifa livre, cotas livres e isenção de taxas aduaneiras abrangendo os 26 Países através da combinação das ACL existentes nas três CERs.

Espera-se que até 2012, a ACL da SADC, COMESA e EAC não terá quaisquer isenções ou listas sensíveis para os produtos fabricados nas respectivas regiões. No entanto, existe a possibilidade de alguns países poderem querer considerar a manutenção de alguns produtos sensíveis na negociação com alguns parceiros económicos importantes. Por este motivo, está prevista a possibilidade de um País pedir permissão para manter alguns produtos sensíveis, por um período de tempo especificado.

A ACL Tripartida será apoiada por programas de infra-estrutura robusta projectada para catalisar o mercado regional através da interligação (facilitada, por exemplo, por todos os meios de

transporte e telecomunicações) e para promover a competitividade (por exemplo, através de um fornecimento adequado de energia).

Após o lançamento oficial das negociações para estabelecer a ACL, os Estados-Membros terão cerca de seis meses, até Dezembro de 2011,

para finalizar os seus processos internos para a ratificação do acordo, que requer instituições de apoio necessárias e adopção dos procedimentos aduaneiros e instrumentos pertinentes.

Propõe-se que logo que processo de aprovação esteja concluído seja lançada a ACL Tripartida em 2012. □

O que disseram os líderes

O PRESIDENTE Ainfrião, Jacob Zuma, da África do Sul, disse que a criação de uma Zona de Comércio Livre alargada iria garantir um ambiente favorável para a prosperidade económica e crescimento.

"Não há nenhum País que pode prosperar por conta própria, os nossos destinos estão interligados. Podemos conseguir uma maior vantagem competitiva através de arranjos da ACL Tripartida", disse.

O Presidente da SADC e da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, concordou, pedindo a todos os Países membros a colocar os seus ombros na roda para tornar a ACL uma realidade.

"Com uma população de quase 600 milhões de pessoas e um produto interno bruto combinado de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos, a realização deste objectivo (integração económica) iria reposicionar as nossas respectivas regiões à atingirem níveis mais elevados de crescimento económico", disse.

O Presidente do COMESA e Rei da Suazilândia, Mswati III, também saudou o lançamento das negociações da ACL, dizendo que está em consonância com a iniciativa da União Africana para promover o comércio livre entre todos os Países Africanos.



Presidente Zuma, Rei Mswati e Pierre Nkurunziza foram alguns dos líderes africanos presentes no Lançamento da ACL Africana.

"A actual CER está a funcionar de forma isolada, criando assim barreiras comerciais no continente Africano. Chegou o tempo para juntarmos todas estas organizações e formar uma grande potência económica para aumentar o comércio entre os Países Africanos", disse.

O Presidente da EAC e do Burundi, Pierre Nkurunziza, instou os membros dos três grupos regionais para criarem um som e bloco económico viável para abrir caminho para a formação de uma União Económica Africana.

"Nesta perspectiva, temos o dever de adoptar métodos e princípios que regem a criação da Zona Tripartida de Comércio Livre, as negociações do roteiro, e a declaração sobre o lançamento das negociações." □

Revisão da Política de Energia será concluída em Março de 2012

A REVISÃO dos instrumentos que regem o Sector de Energia da SADC está prevista que seja concluída até Março 2012, após um atraso de um ano devido a constrangimentos financeiros.

Este posicionamento saiu da Reunião Anual dos Ministros da Energia da SADC realizada, em Maio, no Botswana, na qual foram discutidas várias questões que afectam o sector.

A revisão dos instrumentos que regem o sector de energia da SADC, como Protocolo de Energia da SADC, a Política de Energia da SADC, a Estratégia de Energia da SADC, o Plano de Acção e o Plano de Actividades Energia da SADC, foi aprovada o ano passado, durante a Reunião Anual dos Ministros de Energia realizada em Abril, em Angola.

Os Ministros observaram durante a reunião de Gaborone que a revisão não foi feita, mas estavam em curso negociações com o Governo da Noruega para prestar assistência financeira com vista a concluir a revisão até Março de 2012.

O quadro da política de Energia da SADC é abrangente e coloca grande ênfase sobre a disponibilidade de serviços suficientes de energia confiável e de baixo custo. Isso resolve os grandes objectivos da SADC que incluem a atracção de investimentos e promoção da competitividade e do comércio como um meio para a erradicação da pobreza, tendo em mente a necessidade do uso dos recursos energéticos de uma

forma ambientalmente sustentável.

O quadro da política também visa apoiar as prioridades estratégicas da SADC, de que são direccionadas para a industrialização, promoção de infra-estruturas económicas e sociais, desenvolvimento da agricultura, género, desenvolvimento de recursos humanos e melhoria do bem-estar social.

Protocolo da SADC sobre Energia fornece o quadro geral legal e político para a cooperação no sector da energia. Que foi assinado em Agosto de 1996 e entrou em vigor em Abril de 1997 depois de receber o número necessário de ratificações.

O protocolo foi operacionalizado através da Política de Cooperação e Estratégia de Energia da SADC e do Plano de Acção da SADC para o Sector de Energia aprovado pelo Conselho de Ministros da SADC em 1996 e 1997, respectivamente.

O Plano de Acção identifica quatro domínios prioritários, como o comércio de energia, informação e troca de experiências, formação e capacitação organizacional, e investimento e financiamento.

O Plano de Actividades Energia da SADC (aprovado pelo Conselho de Ministros em 2000) apresenta detalhes das acções a serem implementadas nas quatro áreas prioritárias.

Todos os instrumentos que regem a cooperação regional no sector da energia foram adoptadas, há mais de 10 anos e apresentam-se desactualizadas.

O sector tem sido alvo de profundas reformas ao longo dos últimos anos, trazendo à tona novas áreas que não são abrangidas pelo quadro político. Os recentes desenvolvimentos como a agenda de mudanças climáticas tornaram-se mais relevante do que antes. Torna-se assim necessário rever os instrumentos políticos para que eles sejam mais sensíveis às actuais realidades.

Sobre o desenvolvimento do Plano Estratégico e Acção de Energia Renováveis, os ministros disseram que os planos estão em andamento para garantir que a estratégia seja "concluída até o fim de Janeiro de 2012."

A estratégia e o plano de acção visa, entre outras coisas, promover a captação de fontes de energia limpa e alternativa.

Os ministros reafirmaram a necessidade de colaboração colectiva na abordagem da situação energética na região, que agora supera de longe a demanda.

Eles observaram que a região só poderá atingir a auto-suficiência de energia, caso os Estados-Membros implementem todos projectos e planos de produção de curto prazo acordados.

No entanto, o tempo de conclusão para a maioria dos projectos de produção de energia está se aproximando e a África Austral precisa de redobrar os seus esforços para garantir as metas sejam cumpridas.

"Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir a conclusão dos projectos, conforme as metas planeadas e nós convidamos

o Secretariado da SADC, assistido pelo SAPP, para monitorar efectivamente a implementação dos projectos de energia e apresentar relatórios", disseram os ministros num comunicado.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) é um órgão de 12 membros regionais, que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome das empresas dos Estados membros da SADC.

"De acordo com a actual projecção I, a região vai atingir a auto-suficiência em energia até o ano de 2014, caso a implementação dos projectos previstos continue em curso."

Os ministros disseram que os Países devem avançar no sentido de identificar projectos de energia que têm um impacto regional para atrair investimentos.

Potenciais investidores têm mostrado grande vontade de financiar tais projectos, argumentando que os projectos de cada País são muito pequenos para atrair investimentos, portanto, expandir o tamanho do mercado pode facilitar a mobilização de fundos e, ao mesmo tempo, projectos transfronteiriços têm a vantagem de um efeito económico positivo sobre a região.

O Projecto de Transmissão Zimbábue-Zâmbia-Botsuana-Namíbia (ZiZaBoNa) e o Corredor de Moçambique são bons exemplos de projectos regionais que têm o potencial para ter um efeito positivo sobre a região. □

Projecto de Ponte de Kazungula continua em curso

O SECRETÁRIO Executivo da SADC, Tomaz Salomão, confirmou o compromisso da África Austral para a construção da ponte que ligará Kazungula, Botswana, e a Zâmbia sobre o Rio Zambeze, completando uma importante rota de transporte para a região.

Salomão disse em comunicado que apesar dos atrasos na construção da ponte, o projecto está em curso.

Ele disse que o Botswana e a Zâmbia estão comprometidos na implementação do projecto que irá beneficiar toda a região da África Austral.

"O Secretariado da SADC manifesta o seu apreço aos dois Estados-Membros pela forte cooperação e compromisso que demonstraram na execução da presente fase do projecto."

Salomão fez essa declaração em resposta a notícias veiculadas pela imprensa dando conta que o projecto estava enfrentando dificuldades de implementação e corria o risco de ser arquivado.

"Ao contrário de recentes relatos da imprensa, segundo os quais a Zâmbia não pagou a sua contribuição para o projecto, resultando em atrasos, os dois Estados-Membros têm religiosamente cumprido as suas obrigações financeiras e, actualmente, nenhum deles é tem qualquer tipo de atraso, e a orientação actual é de implementação e conclusão das três componentes do projecto", disse.

A Ponte de Kazungula será construída na confluência dos rios Zambeze e Chobe, cerca de 65 km a montante das Cataratas Victoria.

O projecto, estimado em mais de 100 milhões de dólares norte-americanos, compreende a ponte principal



A ponte de Kazungula ligando o Botswana e o Zimbabwe irá substituir o actual batelão e providenciar uma nova rota de transporte para o comércio regional.

com cerca de 720 metros e 2.980 metros de vias de acesso.

A SADC aprovou o projecto há alguns anos para facilitar o comércio e o movimento de bens e serviços em toda a região. No entanto, vários desafios têm impedido o processo de implementação.

Inicialmente envolvendo o Zimbabwe uma vez que a ponte faz um arco sobre as águas territoriais do país, um novo local foi encontrado após amplas consultas, a poucos metros a montante para a Namíbia.

Os componentes do projecto incluem um estudo de projecto detalhado da estrada Kazungula / ponte ferroviária, instalações de controlo de fronteiras, portagens, instalação de postos de fronteira de paragem única para ambos os lados, bem como serviços de consultoria para comércio e facilitação do transporte para a componente do corredor de transporte Norte-Sul entre Lubumbashi e Durban.

Estas componentes foram concluídos até o final de Janeiro de 2011, enquanto o processo de licitação para a construção da ponte foi concluída em Fevereiro.

Os desafios incluíram a relocação da ponte rodovia / ferroviária da menor secção no Zimbabwe para a montante na Namíbia e uma escalada dos custos de financiamento como um projecto regional.

A ponte poderá fomentar e apoiar o desenvolvimento

económico regional e aprofundar a integração entre os Estados-Membros, bem como reduzir os custos de transporte de produtos básicos que têm impacto sobre outros sectores económicos como o turismo.

O projecto da Ponte de Kazungula é em grande parte financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), embora os dois Estados-Membros são obrigados a financiar certas componentes dos estudos de viabilidade, bem como quaisquer aspectos do estudo que podem surgir após a assinatura dos acordos financeiros com o BAD.

Com a conclusão da ponte prevê-se que possa reduzir a crescente pressão sobre o sistema de transportes da África Austral e atrasos de desembaraço aduaneiro, que muitas vezes são sentidos nos postos de fronteira. □

Estrada Plumtree-Mutare vai impulsionar o comércio regional

O ZIMBABWE assinou um contrato de 206 milhões de dólares norte-americanos com o Banco de Desenvolvimento da África Austral para a reabilitação e modernização da rodovia Plumtree-Mutare.

O projecto envolve a reabilitação de 820 quilómetros de estrada de Plumtree, na fronteira do Zimbabwe com Botswana, para Mutare, na fronteira com Moçambique, através de Bulawayo e Harare.

O trabalho inclui a reabilitação de algumas secções e construção de portagens para substituir abrigos temporários que foram erguidos.

A Ministro do Desenvolvimento, Transportes, Comunicações e Infra-

estrutura, Nicholas Goche, e o Ministro das Finanças, Tendai Biti, assinaram o acordo em nome de Zimbabwe. O DBSA foi representado pelo seu Vice-Presidente Executivo, Adamassu Tadesse.

Os trabalhos serão executados pela firma Infralink, uma empresa mista entre a Autoridade Nacional de Estradas do Zimbabwe (Zinara) e o Grupo Internacional Cinco, da África do Sul.

Zinara tem uma participação de 70 por cento na empresa, enquanto Grupo Internacional Cinco tem 30 por cento. O Grupo Internacional Cinco construiu as principais rodovias e aeroportos na África do Sul, durante a Copa do Mundo de 2010. □

Região da SADC continua com Segurança Alimentar

A **SEGURANÇA** alimentar deverá manter-se satisfatória ao longo do ano em várias partes da África Austral.

Avaliações feitas pela Rede do Sistema de Aviso Prévio de Fome (FEWSNET) mostram colheitas de milho situando-se entre a média e acima da média na maioria dos Estados Membros da SADC durante a recém terminada época agrícola 2010/11.

"Relatórios actuais indicam que o acesso alimentar das famílias melhorou e a segurança alimentar tem sido reforçada, em particular nas áreas que registaram chuvas

favoráveis", refere a FEWSNET na sua avaliação.

As colheitas são suficientes para atender às necessidades da região durante os próximos seis meses e além.

A FEWSNET disse que a disponibilidade total de cereais na região deverá manter-se perto do nível alcançado na época passada. Na campanha 2009/10, SADC registou um excedente de cereais regional de 476 mil toneladas.

Previsões preliminares para o milho na região e toda a produção de cereais, avançadas pelas estatísticas nacionais dos respectivos

escritórios de Segurança Alimentar Unidades de Alerta Precoce (NEWUs) dentro da região, mostram que enquanto a produção de milho na África do Sul desceu 14 por cento na época 2010/11, a produção combinada de milho pelos Estados-Membros aumentou quatro por cento.

Os maiores contribuintes para este aumento são o Malawi e a Zâmbia, cuja produção de milho aumentou em cerca de 13 e 8 por cento, respectivamente.

Estimativas finais de produção das culturas serão conhecidas no final de Julho.

"Apesar da queda de milho na África do Sul, a disponibilidade de milho no País total em 2011/12 é suficiente para atender os requisitos de importação regionais dos seus vizinhos com défice de cereais", refere a FEWSNET.

Ainda no tocante a produção de milho, a maioria dos países espera complementar a sua produção acções da segunda época da última campanha agrícola.

Por exemplo, África do Sul espera contar com a transição de mais de 2,65 milhões de toneladas da última época, enquanto a Zâmbia e o Malawi também contarão com significativas contribuições do fim última da época e das exportações. □

Países da SADC trabalham juntos para conter febre aftosa

AUTORIDADES VETERINÁRIAS de cinco países da SADC estão a trabalhar em conjunto para conter surtos esporádicos de febre aftosa ao longo das suas fronteiras.

Botswana, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe reuniram-se recentemente e decidiram trabalhar juntos para lidar com surtos da doença.

A iniciativa conjunta segue-se a um surto da doença em Matabeleland Norte, Masvingo e áreas de Chimanimani, no Zimbabwe, algumas partes do Botswana, e na província do KwaZulu-Natal, na África do Sul.

O Botswana, desde então tem assistido o Zimbabwe com vacinas, como parte de um programa de vacinação conjunta uma vez que os dois Países estão a intensificar esforços para defender as suas indústrias de carne bovina.

"Agradecemos o gesto pelo Botswana, que como nós, lideram as exportações de carne bovina na África



Austral", afirmou o Ministro da Agricultura do Zimbabwe, Joseph Made.

Ele disse que o seu ministério está trabalhar em conjunto com o Departamento de Parques Nacionais, a fim de minimizar o contacto entre bovinos e búfalos, que são vectores da doença.

"Precisamos de garantir que os Parques Nacionais mantenham as suas cercas para manter os búfalos nas suas áreas tradicionais, enquanto nós também vamos acompanhar de perto as incidências de incêndios que estão destruindo pastagens e obrigando os búfalos a passear fora dos parques em busca de forragem," Made disse.

Febre aftosa é uma doença contagiosa e fatal que afecta animais domésticos e selvagens.

O vírus provoca febre alta por dois ou três dias, seguida por bolhas na boca e nos pés que podem romper e causar a morte.

Febre aftosa é uma praga severa para animais, uma vez que é altamente infeccioso e pode se espalhar por animais infectados através do ar ou pelo contacto com equipamentos agrícolas contaminados, veículos, roupas ou alimentos.

O seu controlo exige esforços consideráveis na vacinação, acompanhamento rigoroso, restrições do comércio, quarentena e, ocasionalmente, a eliminação de milhões de animais.

Animais sensíveis incluem bovinos, búfalos, ovinos, caprinos, suínos, antílopes e veados. Também tem infectado porcos-espinhos e elefantes. *The Herald* □

Suazilândia assina carta de pesquisa agrícola da SADC

ASSINATURA DA carta de PESQUISA agrícola da SADC pela Suazilândia é mais um passo para aumentar a segurança alimentar na região.

A Suazilândia assinou a Carta para o Centro de Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola na África Austral (CCARDESA) em Maio e está entre os primeiros países a fazê-lo.

O CCARDESA, que foi aprovado pelo Conselho de Ministros da SADC em 2010, tem como objectivo estabelecer um centro para coordenar a pesquisa agropecuária, geração de tecnologia e disseminação de informações de pesquisa na África Austral.

Espera-se que com este centro possa aumentar a produção agrícola e garantir que a segurança alimentar seja sustentável na SADC. □



COP 17 precisa de um avanço

Por Neto Nengomasha

ESPECIALISTAS DE mudanças climáticas de todo o mundo estão engajados em negociações cruciais para assegurar que haja avanços na próxima conferência sobre mudanças climáticas prevista para final de Novembro em Durban, na África do Sul.

Negociadores para a 17ª Conferência da Partes (COP 17), reuniram-se recentemente na Conferência Preparatória das Nações Unidas sobre Mudança Climática em Bona, na Alemanha, "para delinear claramente o futuro regime climático internacional destinado a reduzir as emissões globais em moldes suficientes para evitar o pior no tocante as mudanças climáticas".

A Secretária Executiva da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Christiana Figueres, disse que os governos nacionais têm uma responsabilidade inevitável de



Severas cheias podem resultar da degradação ambiental e das mudanças climáticas.

fazer progressos claros rumo aos objectivos climáticos para 2011 acordados na 16ª Conferência das Partes, realizada em Cancun, no México, no ano passado.

"Os governos acenderam um farol em Cancun para um mundo de baixas emissões, que é resistente à mudança climática", disse ela,

acrescentando que "eles se comprometeram-se assumir um aumento da temperatura média global máximo de 2 graus Celsius, com uma análise mais aprofundada de um máximo de 1,5 graus", disse Figueres.

"Agora, mais do que nunca, é fundamental que todos os esforços sejam mobilizados

para viver de acordo com este compromisso", acrescentou.

Ela destacou a acção climática global a qual os governos precisam capitalizar, incluindo novas políticas que promovam o aumento de baixo carbono e do investimento de baixo carbono pelo sector privado, bem como uma maior utilização de tecnologias limpas.

"A revolução da energia limpa e renovável já começou - o desafio é completar a tempo", observou.

A COP17 acontece no meio de revelações de que há um forte aumento no volume e concentração de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

A Agência Internacional de Energia anunciou que a partir de 2010, as emissões globais de geração de energia voltarão a níveis recordes, marcando uma revolta inesperadamente acentuada dos níveis de emissão reduzida resultante da crise financeira.

Os relatórios também mostram que as concentrações de dióxido de carbono, mais uma vez atingiu um pico de pouco menos de 395 partes por milhão (ppm).

Numa conferência anterior, realizada em Bangkok, Tailândia, em Abril, Figueres apontou que, apesar de Cancun ter sido um passo significativo, enfrentar o desafio de longo prazo das mudanças climáticas exige acordos internacionais cada vez mais fortes, apoiados por políticas nacionais que incentivaram todos os lados para tomar uma agressiva e acção colectiva numa escala global.

Especialistas em alterações climáticas observaram que o livro de regras do protocolo de Kyoto é o único conjunto de regras internacionais de contabilidade para proteger a integridade ambiental, assegurando que uma tonelada de carbono retirado da atmosfera é uma tonelada real, não importa onde ele é removido ou quem removeu. □

África do Sul promete uma COP17 justa

ÁFRICA DO Sul prometeu estender a mão a todos os interessados, uma vez que busca um acordo sobre as mudanças climáticas que proporciona as pretensões de todas as partes.

Como anfitrião da COP17 e próximo presidente das negociações de mudanças climáticas globais, a África do Sul disse que aceita que a obrigação de entregar um resultado aceitável sobre as mudanças climáticas, em Durban, cabe ao País anfitrião.

"Mas o papel de todos os Estados não pode ser subestimado - esta é a sua reunião", disse Maite Nkoana-Mashabane, Ministra da Cooperação e Relações Internacionais da África do Sul. Prevista para Durban de 29 de Novembro a 10 de Dezembro, espera-se que a COP17 ofereça uma oportunidade para os

Países de todo o mundo chegarem a um acordo sobre a adaptação às alterações climáticas e medidas de redução de emissões de carbono.

"Como o próximo presidente da COP 17, temos estado a contactar todas as partes e as partes interessadas nas negociações sobre mudança climática. A nossa tarefa continua a ser garantir que todos os Países da UNFCCC entreguem um acordo aceitável, justo, transparente e equitativo nas próximas negociações sobre mudanças climáticas em Durban, disse "Nkoana-Mashabane.

A última conferência, realizada no México no ano passado, não conseguiu produzir um acordo internacional vinculativo para reduzir as emissões de carbono.

Mashabane disse, no entanto, que as recentes negociações sobre mudanças climáticas, tais como as negociações recentemente terminadas em Bona, estão incentivando a próxima conferência global.

Ela disse que há um compromisso do Presidente Jacob Zuma e do Presidente Calderón, do México, de acolher conjuntamente um diálogo de líderes mundiais, a 20 de Setembro, a margem da Assembleia Geral da ONU, e "acreditamos que irá dar um impulso à medida que avançamos para Durban."

SADC tem um projecto de estratégia regional sobre mudanças climáticas na COP 17, apesar dos Ministros de Género expressarem preocupação pelo facto de não ser suficiente para reflectir os diferentes impactos sobre as mulheres e homens. □



Cooperação Regional no Sector de Energia Regista Resultados

ESFORÇOS REGIONAIS para reduzir a crise de energia na SADC parecem estar a surtir efeitos, tomando em conta que a escassez de electricidade na região era de apenas 325 megawatts (MW) em 2010 contra os mais de 900MW no início de 2009.

Ministros da Energia da SADC, disseram num comunicado emitido após a sua reunião anual realizada em Maio, em Gaborone, Botswana, que novas centrais de produção de energia foram instaladas no ano passado com uma capacidade para produzir um total combinado de 1.040 MW.

"De acordo com as projecções actuais, a região vai atingir a auto-suficiência em energia até o ano de 2014, resultante da implementação dos restantes projectos planeados e em curso."

"O pico de procura em 2010 foi de 45.650 MW que requer uma capacidade de produção avaliada em 50.306 MW, tendo em conta a margem de reserva de 10,2 por cento necessários a qualquer momento.

"A região tem uma capacidade disponível de 49.981 MW, o que dá um défice de 325MW", disseram os ministros. O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) espera que a conclusão de seis projectos de energia em 2011 vai acrescentar cerca de 1.250 MW de electricidade.

Os novos projectos estão sendo desenvolvidos actualmente em Angola, Botswana, República Democrática do Congo (RDC), Namíbia, África do Sul e Zimbabwe.

Empresas estatais dos Estados Membros identificaram um número de projectos prioritários para implementação ao longo dos próximos anos para resolver a situação de crise de energia na região.



Albufeira de Cahora Bassa, no Rio Zambeze, em Moçambique.

Por exemplo, entre 2011 e 2015, o SAPP espera implementar projectos que irão acrescentar cerca de 16.692 MW de electricidade para a rede regional, permitindo que a região possa adequar a oferta e a procura.

Recentemente, o SAPP enfrentou uma situação de défice de energia devido ao aumento do consumo na região da SADC, em cerca de 3-4% por ano, como resultado do reforço das actividades económicas e projectos de electrificação.

A maioria dos Estados-membros da SADC estão a enfrentar escassez de energia e a região só espera sair totalmente da actual vulnerabilidade energética generalizado após 2013, quando as empresas de energia começarem a desfrutar os projectados 10 por cento de capacidade excedentária de produção de energia, de acordo com o SAPP.

A margem de reserva é necessária para garantir a segurança do sistema e permitir aumentos inesperados na procura de energia.

porque a maioria dos projectos estão a ser executados de uma forma mais lenta do que era esperado.

Muitos factores contribuem para a actual escassez de energia na região bem como para o ritmo lento de recuperação da situação.

Alguns dos factores históricos oficialmente mencionados e que contribuem para a actual situação da região incluem:

- O constante crescimento económico de mais de cinco, na maioria dos Estados Membros da SADC, suscita um crescimento sem precedentes no consumo e na procura de electricidade;
- Aumento da demanda por metais básicos, resultando na subida dos preços do metal no mercado mundial, e estabelecimento de novas empresas de mineração na região da SADC ao longo das últimas décadas;
- Investimentos na produção e inadéquadas infra-estruturas de transmissão ao longo dos últimos 20 anos; e
- Programas de expansão de electrificação, como electrificação rural contribuíram em parte para o aumento do consumo e da demanda. □

Mas a meta prevista para a plena recuperação energética só será alcançada caso todos os projectos de produção de energia, curto prazo, sejam implementados pelos Estados-Membros, em conformidade com planos acordados.

No entanto, a reunião dos Ministros de Energia da SADC, realizada em Abril, expressou preocupação pelo facto da SADC poder continuar a enfrentar uma crise grave de energia para além de 2013

Projectos de Energia Planeados para 2011-15

No	País	NOVA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, MW					TOTAL
		2011	2012	2013	2014	2015	
1	Angola	150	0	260	260	0	670
2	Botswana	120	600	-	-	300	1,020
3	RDC	75	430	25	150	-	680
4	Lesotho	-	25	-	110	-	135
5	Malawi	-	-	64	150	100	314
6	Mozambique	-	-	150	600	750	1,500
7	Namíbia	23	83	103	-	800	1,009
8	RSA	530	288	3,105	1,721	2,890	8,534
9	Swazilândia	-	-	-	-	300	300
10	Tanzania	60	160	-	740	600	1,560
11	Zambia	-	6	360	120	34	520
12	Zimbabwe	290	-	20	55	355	720
TOTAL		1,248	1,592	4,087	3,906	6,129	16,962

Fonte: SAPP

Renováveis: A futura fonte de energia

CERCA DE 80 por cento do fornecimento mundial de energia poderia ser satisfeita por fontes renováveis até 2050 se políticas correctas estivessem em implementação para promover o uso de fontes de energia limpa e alternativa, afirmou o Painel Inter-Governamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Actualmente, as "energias renováveis" oferecem menos de 20 por cento da oferta global de energia estando os combustíveis fósseis, como a térmica, com a maioria.

O IPCC refere no seu relatório especial sobre energias renováveis e Mitigação das Alterações Climáticas, que uma adopção mais ampla das energias renováveis poderia reduzir significativamente as emissões de carbono, contribuindo para o objectivo global de manter o aumento da temperatura abaixo de 2 ° C.

O IPPC geralmente considera 2 ° C a como sendo o nível de aquecimento seguro, e a 16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Climas (COP16) concordou em reduzir as emissões para controlar o aquecimento global, que tem alguns efeitos devastadores, como o aumento frequência e severidade das secas e inundações, especialmente em África.

Falando no lançamento do relatório, Ottmar Edenhofer, co-presidente do grupo de trabalho que produziu os resultados, disse que as partes interessadas devem trabalhar juntas para encorajar o investimento em energias renováveis.

Fontes de energia renováveis que são menos poluentes para o meio ambiente incluem a energia hidroeléctrica, solar e eólica. aos combustíveis fósseis, a construção de estações de energia renováveis, como centrais hidroeléctricas e parques eólicos, é extremamente cara.

O IPCC solicita aos governos para adoptarem políticas correctas, mesmo que isso seja "tecnicamente e politicamente muito difícil", para o aumento do uso de energia renovável.

Essas políticas podem incluir a redução do preço de tecnologias de energia renováveis, e desenvolvimento de incentivos para os investidores das energias renováveis, tais como tarifas atraentes e procedimentos simplificados para os concursos.

"Com um clima consistente e forte apoio a política energética, as fontes de energia renováveis podem contribuir substancialmente para o bem-estar humano através do fornecimento de energia de forma sustentável e estabilização do clima", disse.

O co-presidente Ramon Pichs acrescentou que o relatório ajudaria a informar aos governos sobre as opções e decisões que seriam necessárias caso o mundo pretenda alcançar colectivamente a redução das emissões de carbono e um caminho de desenvolvimento de recursos de forma mais eficiente e equitativa.

"O relatório mostra que não é a disponibilidade dos recursos, mas são as políticas públicas que vão expandir ou restringir o desenvolvimento de energias renováveis nas próximas décadas", disse.

"Os Países em desenvolvimento têm uma participação importante nesse futuro - é onde a maioria dos 1,4 bilião de pessoas sem acesso à electricidade vivem, mas é também onde existem algumas das melhores condições para a implantação de energias renováveis."

Por exemplo, a África é extremamente dotada de cursos de água através dos seus sete principais sistemas fluviais do Congo, Limpopo, Níger, Nilo, Orange, Senegal e Zambeze, que, se forem plenamente aproveitados, podem fornecer ao continente um abastecimento adequado de energia.

De acordo com dados disponíveis, o rio Zambeze tem potencial para produzir cerca de 20.000 megawatts (MW) de electricidade. No entanto, apenas 23 por cento deste potencial está sendo

aproveitado, em grande parte a partir de dois locais principais na barragem de Kariba, entre a Zâmbia e o Zimbabwe, e na Barragem de Cahora Bassa, em Moçambique.

Apesar dos desafios na exploração de energias renováveis, a África tem feito progressos no sentido da adopção de fontes estáveis de energia limpa e alternativa, devido à constatação



servirá de base de trabalho do IPCC está a preparar o quinto Relatório de Avaliação (AR5). O Relatório de Síntese AR5 deverá ser concluído em Setembro de 2014. □

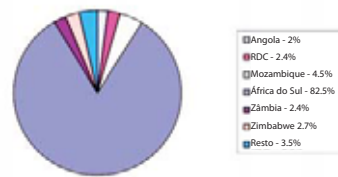
SADC caminha para En

A SADC planeia reduzir sua dependência do carvão por mais de 23 por cento, nos próximos cinco anos, como parte de um programa para promover o uso de fontes mais limpas de energia que resultam em menos emissões de carbono.

A região actualmente produz cerca de 74 por cento de sua electricidade a partir de centrais térmicas uma vez que o carvão existe em abundância.

As centrais térmicas são baratas e de fácil construção em comparação com as centrais hidroeléctricas ou eólicas. No entanto, as fontes de energia renováveis, como hidroeléctrica e solar, estão a emergir rapidamente como fontes mais lucrativas de energia, porque não poluem o meio ambiente.

Parti lha da capacidade de produção 2010



Fonte: SAPP

Electrificação da África através de energia limpa – É possível

UMA MUDANÇA para soluções energéticas limpas permitirá a África tirar proveito dos recursos concessionais disponíveis, o que reduz os custos e riscos de tais investimentos e, ao mesmo tempo, fornece uma alavanca para a mobilização de financiamentos do sector privado.

Esta posição transpareceu num seminário de alto nível sobre a "Electrificação da África: Financiamento de Energia e Crescimento Verde", realizado este ano durante a Reunião Anual do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Isto é particularmente o caso do Fundo de Tecnologia Limpa estimado em 4,3 biliões de dólares norte-americanos, que deverá mobilizar pelo menos quatro vezes esse valor para investimentos na eficiência energética, energias renováveis e transportes sustentáveis.

No entanto, dado o alto custo dessas soluções e a actual crise de financiamento, é preciso que haja uma variedade de fontes de financiamento para atender a actual e futura demanda numa base sustentável.

Para a África, o custo médio de electricidade é extremamente alto - 0,18 centimos do dólar norte-americano por kWh contra 0,04 centimos do dólar norte-americano por kWh na Ásia.

Estes custos são excepcionalmente elevados, principalmente devido ao pequeno tamanho das redes eléctricas nacionais e do vasto uso de diesel para produção de energia, uma fonte de energia cara e poluente.

Outras desvantagens incluem o uso ineficiente dos orçamentos para investimentos em energia, manutenção inadequada, falta de eficiência e perdas na distribuição, e preços de electricidade abaixo do custo de produção, o que incentiva desperdícios de corrente eléctrica.

BAD indicou que a África deve dar passos a partir da experiência dos países desenvolvidos apostando primeiro na energia hidroeléctrica. Os custos de construção são elevados, mas os custos operacionais permanecem baixos e o preço é geralmente concorrencial. Projectos de grande escala também devem ser combinados com os projectos de pequena escala.

O forte crescimento económico alcançado pela SADC e pelo resto da África durante a última década mostra que, mais do que nunca, são necessárias novas instalações para apoiar o consumo crescente de energia.

Os abundantes recursos naturais no continente Africano, juntamente com o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores para combater as mudanças climáticas, tornam o continente capaz de reduzir significativamente o défice de energia.

Com um crescimento baseado no baixo teor de carbono e energia limpa, a África vai atrair

um maior interesse de doadores e investidores privados.

Para este fim, o BAD propôs a criação de um fundo especial, o Fundo Verde de África, como um mecanismo de financiamento para atender às necessidades de crescimento de baixo carbono em África.

O fundo será financiado principalmente a partir de recursos alocados para a África a luz do acordo de Copenhaga sobre mudança climática.

Irá reforçar a apropriação de recursos por parte dos países Africanos e participação Africanos na tomada de decisões sobre o uso desses recursos para o continente. BAD □

Maior parque africano de energia eólica aprovado para créditos de carbono

AS NAÇÕES UNIDAS registaram o maior parque eólico sub-sahariano no âmbito de um mecanismo que permitirá que o projecto possa gerar créditos de carbono devido a redução de emissões do gás de efeito estufa.

O projecto de energia eólica Lago Turkana, estimada em 310 megawatts (MW), está situado perto das margens do famoso Lago Turkana, no noroeste do Quênia.

O parque eólico, que estará operacional em 2013, está sendo desenvolvido por um grupo de empresários locais e estrangeiros.

"Estamos extremamente satisfeitos por ter recebido a notificação do registo do projecto", disse Carlo van Wageningen, Presidente da Empresa Limitada de Energia Eólica de Lago Turkana (LTWP).

"Este é outro marco importante para a LTWP, e é mais uma confirmação que a energia renovável é uma opção viável para a África."

A LTWP prometeu devolver parte das receitas de crédito de carbono para o governo queniano, que indicou que vai usar essas receitas para actividades de desenvolvimento na área do projecto.

O parque eólico foi registado pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, após auditoria independente e de peritos.

Créditos de carbono gerados no âmbito do MDL são conhecidos como "Reduções Certificadas de Emissões" e cada um é equivalente a uma tonelada métrica de dióxido de carbono reduzida ou removida da atmosfera.

O projecto prevê a reduzir as emissões em mais de 700 mil toneladas por ano, substituindo a produção de electricidade baseada nos combustíveis fósseis. Isto é o equivalente às emissões de mais de 150 mil carros num ano.

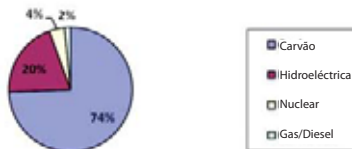
O registo do parque eólico é também outro indício de que o MDL está ganhando espaço em África e confirma que é possível desenvolver projectos de alta qualidade do carbono no continente.

O Desenvolvimento de Activos Africanos da Facilidade de Carbono (ACAD), criada em conjunto pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) e pelo Standard Bank, com financiamento do governo alemão, ajudaram a cobrir alguns dos custos relacionados com o desenvolvimento e acompanhamento dos créditos de carbono. □



Energia Limpa

Produção mista de energia em 2010



Fonte: SAPP

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) diz que as actuais necessidades mistas de energia precisam de vistas para que haja um equilíbrio. Como tal, a região tenciona reduzir sua dependência energética do carvão para cerca de 59 por cento até 2015.

Esta situação poderá permitir o aumento significativo do uso de outras fontes de energia como a eólica, solar e gás, enquanto a utilização da energia nuclear irá reduzir.

Por exemplo, a utilização da eólica e solar atingir cerca de 2 por cento até 2015. Actualmente, ambas as fontes de energia não são consideradas como principais contribuintes da produção energética regional. □

Zimbabwe aumenta produção de energia

O ZIMBABWE planeia aumentar sua capacidade de produção de energia dos actuais cerca de 1.200 megawatts (MW) para aproximadamente 2.800 MW em 2015, de acordo com o novo plano económico quinquenal do País.

De acordo com o Plano de Médio Prazo (MTP), que projecta taxa média de crescimento económico anual de sete por cento entre 2011 e 2015, o aumento carga de energia é considerada fundamental para levar o País para uma sólida recuperação económica, crescimento e desenvolvimento sustentável.

Os planos para o aumento da produção de energia surgem em resposta a crise de energia uma vez que a actual demanda nacional de energia, situada em 2.200 MW, é muito superior à oferta.

O MTP pretende elevar a capacidade de produção da central térmica de Hwange permitindo uma oferta de 290MW, garantir o uso de contadores pré-pagos em 2012 e efectuar a gestão de efeitos colaterais da demanda para poupar 300MW até 2013.

O MTP prevê o aumento da produção na Hidroeléctrica de Kariba para 1.050 MW, Hwange (1, 520MW), Central térmica de Harare (100MW), Central térmica de Bulawayo (90MW) e Central térmica de Munyati (100 MW) até 2015.

"Os dois primeiros anos do MTP irá garantir que a Hidroeléctrica de Kariba e central de Hwange sejam restaurados para explorem a sua plena capacidade e as pequenas centrais térmicas continuam operacionais. Restaurar a capacidade de 1.960 MW exigirá a reabilitação da Central de Energia Térmica Hwange e a capacidade de outras pequenas unidades térmicas", refere o MTP.

Mas o plano também prevê que o aumento da produção poderá enfrentar algumas dificuldades relacionadas com a recolha de facturação de receita

dos consumidores, falta de financiamento, de equipamentos obsoletos, infra-estrutura e problemas de dívida.

A descapitalização da empresa nacional de electricidade, Autoridade do Abastecimento de Electricidade do Zimbabwe (ZESA), e a inadequada capacidade de planeamento e de previsão das necessidades de energia também são identificadas como os maiores obstáculos.

O plano deverá lidar com questões regulamentares e legais que são vistas como prejudiciais para os esforços destinados a minimizar a escassez nacional de energia.

O MTP também procura rever os quadros legais e regulamentares que regem o sector de energia, prometendo resolver as limitações enfrentadas na fixação das tarifas viáveis de energia e gestão dos produtores e consumidores de energia.

Isto irá incluir penas mais severas aos infractores, ao se

efectuar a revisão da legislação existente sobre o roubo e vandalismo de infra-estrutura de energia e promulgação de leis para lidar com a certificação de impacto ambiental.

Apesar de enfrentar a escassez de energia desde 2000, o País tem se esforçado em atrair investimentos significativos para o sector de energia.

Portanto, as medidas serão postas em prática para promover o investimento no sector de energia e o MTP propõe uma revisão dos sistemas e processos em operações comerciais da ZESA

para melhorar a cobrança, serviço de recolha de receitas, gestão de fundos e dos clientes. Várias tecnologias serão exploradas, tais como energia solar e eólica, os incentivos para promover e explorar a viabilidade e capacidade da economia de baixo carbono e criação de condições para o mercado de energia competitivo.

Além disso, os biocombustíveis não nocivos ao ambiente serão considerados como parte dos esforços para reduzir a dependência de produção de energia fósseis e dos altos custos de energia importada. *The Herald* □

Produção de energia projectada para 2015

Central Eléctrica	Capacidade (MW)
Hidroeléctrica de Kariba	1,050
Hwange	1,520
Central Térmica de Harare	100
Central Térmica de Bulawayo	90
Central Térmica de Munyati	100

Zâmbia lança Plano Director de Energia

A ZÂMBIA lançou o Plano Director de Desenvolvimento para o Sistema de Energia delineando projectos avaliados em 12,1 biliões de dólares norte-americanos para serem implementados entre 2010 e 2030.

O plano foi desenvolvido com a ajuda da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e destaca as opções de menor custo de expansão para produção, transmissão e distribuição de energia no país. O objectivo do plano é fornecer um modelo para o desenvolvimento do sistema de energia até o ano de 2030.

Falando na cerimónia de lançamento, o Ministro de Desenvolvimento da Energia e Águas, Kenneth Konga, disse que os projectos de produção

de energia serão desenvolvidos para adicionarem um total de 4.337 megawatts durante os próximos 20 anos.

"O êxito da implementação do plano, entre outros, levará ao fornecimento de electricidade segura para todas as instituições públicas e privadas em todo o País até 2030", disse.

Ele disse que o plano deverá aumentar a capacidade de transmissão para exportação e importação de energia na região, bem como fornecer electricidade segura a todos os empreendimentos económicos. Estes incluem mineração, agricultura, turismo, comércio e outros sectores da economia.

Este plano substitui o plano director desenvolvido pela Comissão de Electricidade Zâmbia Abastecimento

(ZESCO), em 1966, que guiou o País na sua abordagem de produção, transmissão e desafios de distribuição por mais de 40 anos.

O Embaixador Japonês na Zâmbia, Akio Egawa, disse que a melhoria da rede de energia eléctrica foi crucial para impulsionar o desenvolvimento económico da Zâmbia e ajudou o País a cumprir as metas fixadas nos termos da sua Visão 2030.

"Eu espero que este plano será totalmente utilizado pela Zâmbia e aproveitado para conseguir fornecimento de energia estáveis e suficientes para o País", disse ele.

A formulação do plano director para o desenvolvimento do sistema de energia iniciou em 2008. *Times of Zambia* □



Tanzânia vai investir 27.000 milhões dólares em projectos de desenvolvimento

A REPÚBLICA Unida da Tanzânia planeia investir 42,9 triliões de shillings (cerca de 27,41 biliões de dólares norte-americanos) nos próximos cinco anos, para financiar projectos de desenvolvimento que visam impulsionar o crescimento económico no País, afirmou um Ministro do Governo.

Stephen Wassira, Ministro de Estado no Gabinete do Presidente, disse ao parlamento que o governo vai alocar 135 triliões de Shillings, enquanto o resto dos fundos seriam provenientes de fontes nacionais e estrangeiras.

"O governo precisa de investir uma média de 8.500.000 milhões shillings por ano, a fim de implementar o novo plano de

desenvolvimento de cinco anos", disse ele ao apresentar o plano do Governo a médio prazo.

"Temos que garantir que pelo menos 35 por cento do orçamento do Governo seja alocado para projectos de desenvolvimento."

Ele disse que o plano de desenvolvimento, lançado pelo Presidente Jakaya Kikwete a 07 de Junho, terá como alvo o crescimento económico médio de 8-10 por cento anualmente nos próximos cinco anos, concentrando-se investimentos

públicos e privados em sectores de infra-estrutura agrícola e industrial. O crescimento em 2010 foi de sete por cento.

"Nosso objectivo é reduzir a dependência de doadores no orçamento do Governo para apenas 10 por cento", disse. □

Moçambique vai aumentar a produção de biocombustíveis —

MOÇAMBIQUE PRETENDE aumentar a produção de biocombustíveis e introduzir combustível misto no próximo ano, numa tentativa de reduzir as importações de combustível, afirmou o Ministro da Energia.

O Governo espera economizar cerca de 22 milhões

de dólares norte-americanos no primeiro ano, nas importações de gasolina e diesel, dos actuais 500 milhões de dólares norte-americanos que gasta anualmente.

"Temos sido abordados por empresas para entrar na produção de biocombustíveis, o que significa que à medida

que aumentam os níveis de produção e as proporções das misturas, a economia também será alta", disse o Ministro da Energia, Salvador Namburete.

Moçambique planeia usar a *Jatropha*, uma cultura de biocombustíveis, para impulsionar os resultados. A *Jatropha* tem sido amplamente citada como uma planta cujo cultivo em áreas não aráveis da África, Ásia e América Latina proporcionaria biodiesel e emprego nos Países pobres sem o uso de terras agrícolas necessários para alimentar um número crescente de pessoas locais. AIM □

Comércio intra-SADC sobe 157 por cento desde 2000

O COMÉRCIO INTRA-SADC superou o dobro desde 2000 uma vez que a região intensificou a cooperação económica, afirmou um alto funcionário da SADC.

Conselheiro de Política Comercial da SADC, Paulo Kalenga, disse que comércio intra-regional cresceu em termos absolutos de 13,2 biliões de dólares norte-americanos em 2000 para 34 biliões em 2009, um aumento impressionante 157 de cento.

No entanto, o comércio intra-regional como proporção do total de comércio da SADC só cresceu de 15,7 por cento, em 2000, para 18,5 por cento, em 2009.

Isto pode ser explicado pelo facto do comércio da SADC com o resto do mundo, especialmente a China e os Estados Unidos, também ter crescido tremendamente durante o mesmo período.

A SADC lançou a Área de Comércio Livre (ACL) em 2008 e o bloco regional prevê que o comércio na região será completamente liberalizado até Janeiro de 2012.

As estatísticas de Kalenga sobre o comércio regional foram

corroborados por um estudo realizado pelo Banco Mundial em Abril, que revelou que o PIB individual e questões geográficas são aspectos a tomar em conta e que o comércio na região é realmente alto.

O Banco Mundial indicou que ao contrário dos receios, os

países da SADC estão realmente mais integrados e que, embora existam obstáculos que dificultam a circulação de produtos em toda a região, estes estão em níveis comparáveis aos Países com níveis semelhantes de desenvolvimento. *Southern Times* □

Entrada turistas sobe nas Maurícias

AS MAURÍCIAS registaram um aumento de sete por cento nas entradas de turistas em Fevereiro deste ano, uma vez que o mercado europeu mostrou sinais de recuperação e forte subida do número de visitantes da Europa Oriental e da Ásia.

Dados oficiais mostram que o País recebeu 77.390 visitantes em Fevereiro de 2011, em comparação com 72.366 no mesmo período do ano passado.

Após a queda provocada pela recessão na Europa, as férias nas Maurícias tornaram-se uma vez mais populares, sobretudo entre os turistas europeus.

A chegada de turistas da Suíça subiu 33 por cento, da Holanda 18 por cento e sete por

cento da França, que é um mercado chave.

O turismo responde por cerca de 10 por cento do Produto Interno Bruto da Ilha do Oceano Índico e cerca de dois terços dos visitantes estrangeiros são provenientes da Europa.

Mas o marketing do País em outras nações também está a ganhar espaço, facto testemunhado pelo dobro do número de turistas provenientes da Rússia e chegadas até 24 por cento da China e 35 por cento da Índia.

No ano passado, as Maurícias viram a sua receita crescer 11 por cento no turismo como o número de visitantes a aumentar de sete por cento para um recorde de 934.827. □

FMI recebe novo chefe —

CHRISTINE LAGARDE, da França foi nomeada Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), substituindo o compatriota Dominique Strauss-Kahn, que renunciou em Março.

Lagarde derrotou Agustín Carstens, do México, na corrida ao posto mais alto do FMI que sempre foi ocupado por um europeu.

Na corrida para a nomeação de Lagarde, os países em desenvolvimento tinham feito um forte campanha para permitir que um não-europeu liderasse as instituições de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial.

Desde a formação do FMI e do Banco Mundial, um europeu ocupou o principal cargo no FMI, enquanto um norte-americano está no comando do Banco Mundial. □

China aumenta comércio e investimento regional

A CHINA esta disposta a expandir as importações da África Austral e encorajar as empresas chinesas a investirem na região, disse vice-Primeiro Ministro, Wang Qishan.

Fórum de Negócios e Investimentos China-SADC realizado recentemente em Beijing, Wang disse que, embora existam ainda muitas incertezas com a recuperação económica global, a SADC e a China devem fortalecer sua cooperação económica para ajudar a alcançar um crescimento estável e avanços da economia global.

O volume de negócios China-SADC está a aumentar e atingiu 61,5 biliões dólares norte-americanos em 2010, representando cerca de 48 por



cento do comércio entre a China e África.

A China é hoje o maior parceiro comercial da região da SADC.

Até o final de Fevereiro, o investimento da China nos Estados Membros da SADC tinha acumulado cerca de 10 biliões de dólares norte-americanos, incluindo cerca de 5.000 milhões dólares de investimento não financeiro.

"O lançamento do 12º Plano Chines de Acção de Cinco Anos (2011-2015) e do programa conjunto da SADC de ampliação da rede de transportes em África irá oferecer novas oportunidades de cooperação", disse Wang.

"Os dois blocos devem agora aumentar a cooperação no comércio, investimentos, finanças, energia, recursos e infra-estrutura."

Apelou as empresas chinesas a investirem na África

Austral e ajudar a região a alcançar o desenvolvimento sustentável.

O Presidente namibiano, Hifikepunye Pohamba, que é o actual Presidente da SADC, pediu mais cooperação entre os dois blocos.

"A mensagem que quero enviar é que a SADC está aberta para os negócios, e estamos ansiosos para vocês (empresas chinesas) se juntarem a nós para impulsionar o desenvolvimento da nossa região. Nós incentivamos o investimento da China", disse.

Ele disse que o investimento chinês na região abrange principalmente infra-estruturas, energia, mineração e agricultura. *China Daily* □

África e Índia reforçam colaboração

A ÁFRICA e a Índia assumiram o compromisso de reforçar a sua cooperação no domínio da paz e segurança regional e global, bem como nas áreas económicas e comerciais.

No domínio da cooperação económica, as duas partes salientaram a importância de apoiar o fluxo de capital de longo prazo aos países em desenvolvimento para estimular o investimento.

As duas partes prevêem um alargamento da parceria em áreas como a sociedade civil e governação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, saúde, cultura, turismo, desporto, infra-estrutura e imprensa e comunicação, a fim de alcançar o crescimento inclusivo, desenvolvimento sócio-económico e auto-confiança.

Isso faz parte da aceleração da cooperação acordada no segundo Fórum África-Índia, realizado em Addis Abeba, Etiópia

De acordo com a Declaração de Adis Abeba, a Índia e África também se comprometeram a

lidar com uma série de questões políticas, incluindo a pirataria ao largo da costa da Somália, o terrorismo e reformas da ONU.

Especificamente, a cimeira enfatizou a necessidade de os países empreenderem esforços na reforma do Conselho de Segurança da ONU durante a actual sessão da Assembleia Geral da ONU.

As duas partes ressaltaram a necessidade de reformas urgentes e abrangentes, dizendo que elas devem reflectir as realidades contemporâneas.

A Índia apoia as reivindicações da África para membro permanente do Conselho de Segurança. Por sua parte, a África apoia a reivindicação da Índia de um assento permanente com plenos direitos num Conselho de Segurança ampliado.

No meio de crescentes preocupações regionais e internacionais sobre o conflito na Líbia, onde a NATO tem intensificado sua campanha de atentados nos últimos dias, a Índia se juntou a África

pedindo um cessar-fogo imediato e uma solução negociada para por fim a violência na região.

A declaração tomou nota das resoluções da ONU em que a NATO está a utilizar a força militar contra a Líbia e sublinhou que os esforços para implementá-la devem estar dentro do espírito e da letra dessas resoluções.

Eles instaram as partes no conflito a esforçar-se para uma solução política através de meios pacíficos e do diálogo.

A Índia e os 15 Governos Africanos que participaram na cimeira, incluindo África do Sul e a Líbia, também expressaram o seu apoio ao Comité Ad Hoc de Alto Nível da União Africana e a iniciativa do roteiro da UA para a resolução pacífica e consensual do conflito.

Ambos os lados exortaram todos os Países a assegurar que os actos de terrorismo transfronteiriço não ocorram e que seus territórios não sirvam de uma base para os terroristas.

Eles condenaram inequivocamente o terrorismo



em todas as suas formas e manifestações, dizendo que um acto de terrorismo em qualquer lugar é uma ameaça para toda a comunidade internacional.

"Reconhecemos a necessidade de reforçar a cooperação internacional para combater o terrorismo global e pelo cumprimento de todos os Estados membros com todas as convenções internacionais contra o terrorismo e os protocolos relacionados e resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a luta contra o terrorismo", refere a declaração.

Tomando nota da posição Africana sobre a condenação do pagamento de resgate para os grupos terroristas, os líderes pediram a necessidade urgente de resolver o problema. A próxima Cimeira África-Índia vai ter lugar em Nova Delhi, em 2014. □

Mulheres aspiram direitos e oportunidades iguais aos dos homens

MULHERES NA África Austral darão brevemente mais um passo rumo a direitos e oportunidades iguais aos dos homens quando um protocolo regional sobre o género for ratificado por dois terços dos Estados-membros nos próximos meses.

Os Ministros responsáveis pela Género / Assuntos da Mulher na região, reunidos a 02 de Junho, aprovaram um roteiro para operacionalizar o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e permitir uma abordagem sistemática para implementação, tanto a nível regional e nacional.

Metade dos 15 Estados da SADC ratificou o Protocolo, o que significa que o instrumento foi aprovado pelo mecanismo jurídico nacional, geralmente através do parlamento.

Os Ministros observaram que 13 Estados-Membros assinaram o Protocolo, enquanto sete signatários depositaram instrumentos de ratificação junto do Secretariado da SADC.

Trata-se de Angola, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia e Zimbábue.

A República Democrática do Congo, África do Sul e Zâmbia devem ratificar o Protocolo, nos próximos meses.

A maioria dos líderes da SADC assinaram o protocolo em 2008, embora Botswana e as Maurícias continuaram a recusar a assinar, dizendo que não podem cumprir as metas.

O processo de aprovação de um instrumento jurídico regional requer, em primeiro lugar, assinatura e, em seguida, ratificação. O protocolo "entra em vigor" após a ratificação por dois terços dos Estados membros da SADC. Depois avança como uma lei regional para aplicação real em vez de ser uma mera declaração de intenção.

A Chefe da Unidade de Género da SADC, Madalena Mathiba-Madibela, disse que o protocolo prevê "de concreto, metas obrigatórias para alcançar a igualdade de género na região da SADC.

"Esta etapa marca o fim de uma era de compromissos para uma era de implementação na região da SADC".

No entanto, a fase final de entrada em vigor desta lei regional é talvez a mais difícil, pois isso requer uma acção a nível nacional para "domesticar" a lei e, em seguida, aplicação da lei.

De acordo com o comunicado da sua reunião realizada em Windhoek, Namíbia, os ministros elogiaram os Estados-Membros que ratificaram o Protocolo e "exortaram aqueles que ainda não tenham assinado ou ratificado para facilitar a assinatura e ratificação".

Eles sublinharam os progressos realizados pelos Estados-Membros sobre a representação das mulheres na política e nos cargos de decisão, e expressaram preocupação com retrocessos em alguns Países que realizaram eleições recentemente.

Os Ministros instaram os países para salvaguardar as realizações já feitas na paridade de género e para o desenvolvimento de medidas inovadoras para acelerar a representação igual de mulheres.

Apenas quatro Estados-membros da SADC atingiram a meta original de 30 por cento de representação de mulheres no Parlamento (em 2005) e nenhum atingiu o limite de 50 por cento.

África do Sul tem a maior representação proporcional de mulheres no parlamento a 45 por cento, seguido por Moçambique com 39,2 por cento, e Angola e Tanzânia, com 38,6 por cento e 36 por cento, respectivamente.

Estes países têm sistemas eleitorais ou mecanismos de compensação que incentivam a participação das mulheres e a representação mínima de 30 por cento é uma exigência constitucional, na Tanzânia.

Os objectivos do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento visam conferir o empoderamento da mulher, eliminar a discriminação, e alcançar a qualidade e a equidade de género através de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género.

O Protocolo aborda as seguintes questões críticas que afectam as mulheres na região:

- Direitos constitucionais e legais;
- Governança, educação e formação;
- Recursos produtivos e emprego;
- Violência de género;
- Saúde e HIV e AIDS;
- Construção da paz e resolução de conflitos, e
- Meios de comunicação, informação e comunicação.

As metas incluem, entre outros, a realização de 50 por cento de representação de mulheres e homens na política e na tomada de decisão até 2015, em linha com a decisão da União Africana.

SADC espera que os actores não-estatais, incluindo o sector privado e organizações não-governamentais, entre outros, irão tomar nota deste compromisso por parte dos governos e fazer avançar o papel das mulheres nas suas organizações.

A reunião dos Ministros da SADC responsáveis pelo Género / Assuntos da Mulher felicitou a vice-Secretária Executiva da SADC, a Sra. Emilie Mushobekwa (da RDC), por ser a primeira mulher nomeada ao nível da gestão de topo no Secretariado.

Eles notaram progressos realizados na iniciativa

regional de género, especialmente no desenvolvimento de capacidades de integração de formadores do género, e enfatizaram a importância da perspectiva de género nas políticas e estratégias de mudanças climáticas.

Eles também notaram progressos no desenvolvimento da Estratégia da SADC para combater a violência sexual contra mulheres e raparigos, especialmente em situações de conflito e pós-conflito.

Os Ministros aprovaram a Estratégia de Defesa da SADC sobre o Comércio Informal Transfronteiriço que oferece uma política clara e áreas de acção legislativa para criar um ambiente propício para as mulheres no comércio.

Os Ministros receberam um relatório de 2000 sobre a Feira de Mulheres nos Negócios e Fórum de Investimentos realizada em Windhoek, no ano passado, observando os resultados positivos, que incluíram novas oportunidades de negócios, mercados em expansão, ligações para novos negócios e capacitação para mulheres no negócio.

A edição 2011 da Feira de Mulheres nos Negócios e Fórum de Investimentos será apresentado por Angola em Novembro deste ano, depois de Angola tornar-se presidente da SADC.

Os ministros e outros quadros testemunharam o lançamento da Década da Mulher Africana de (2010-2020) para a Região da SADC e do Capítulo da Namíbia, e o lançamento da campanha da SADC "África Unida pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Crianças".

Os Ministros da SADC responsáveis pelo género / mulheres assuntos vão reunir-se novamente em Junho do próximo ano em Angola. sardc.net □



Lesotho conclui diálogo político e está pronto para as eleições

A **CONCLUSÃO** de um acordo entre os partidos políticos no Lesotho, após longas negociações, abre caminho para as eleições nacionais agendadas para o próximo ano.

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) concluiu os seus esforços de mediação bem-sucedida no Lesotho, em Abril, após mais de dois anos de negociações com vista a encontrar uma solução duradoura para os desafios políticos no País.

A insatisfação pós-eleitoral no Lesotho, surgiu após as eleições de 2007 quando a oposição se recusou a aceitar os resultados, mergulhando o País numa crise política.

Isto resultou na constituição de uma equipe de negociação que incluiu os Chefes das Igrejas no Lesotho e facilitadores da Troika da SADC indicada pelos líderes da África Austral para resolver a situação.

Um comunicado divulgado pela equipe de negociação refere que foram feitos muitos progressos desde que o diálogo começou há dois anos, daí a decisão de concluir formalmente as negociações.

"A 28 de Abril de 2011, as partes interessadas no processo de mediação em curso sobre o diálogo político de 2007 concordaram que a mediação seja formalmente concluída. As partes concordaram que todas as questões para o diálogo foram tratadas, abrindo assim o caminho para as próximas eleições", refere o comunicado.

As partes interessadas para o processo de mediação incluíam a Comissão Eleitoral Independente do Lesotho, o partido governamental Congresso para a Democracia do Lesotho, os partidos da oposição e o governo.

As partes concordaram em alterar a Lei Eleitoral do

Lesotho em preparação para as próximas eleições, resultando na apresentação do anteprojecto de revisão a Assembleia Nacional Eleitoral de 2011 e da sexta emenda à Constituição, ao Parlamento, em Março.

O diálogo político de dois anos permitiu as partes interessadas a partilha de ideias e serviu de escola para os futuros compromissos nacionais.

A conclusão bem sucedida das negociações no Lesotho é um outro exemplo do compromisso da prática pela África Austral na busca de soluções duradouras para os desafios políticos e de segurança na região.

Em Setembro de 2008, a SADC negociou um acordo no Zimbabwe, que viu a formação

de um Governo de Unidade, em Fevereiro de 2009.

O Governo de Unidade liderado pelo Presidente Robert Mugabe com o ex-líder da oposição, Morgan Tsvangirai, como Primeiro-Ministro, foi formado para lidar com alguns dos desafios políticos do País.

No entanto, as sanções económicas impostas ao Zimbabwe pelos Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia têm dificultado o programa de recuperação económica do país.

Para Madagáscar, a SADC nomeou o antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, para mediar um diálogo para resolver a situação política.

O Madagáscar entrou numa crise política em Março 2009, após o líder da oposição Andry

Rajoelina ter tomado poder do presidente Marc Ravalomanana, numa manifestação pública apoiado pelos militares, similar ao método usado por Ravalomanana quando tomou o poder, poucos anos antes de seu antecessor, Didier Ratsiraka.

Os esforços de mediação liderada pela SADC permitiram aos líderes de Madagáscar acordarem em criar um governo de transição para governar o País até que novas eleições sejam realizadas este ano. No entanto, a implementação deste acordo continua a ser um desafio.

SADC em conjunto com outros parceiros, se comprometeu a intensificar os seus esforços para garantir a resolução de disputas políticas na região. sardc.net □

Presidente Michel reeleito nas Seychelles

O **PRESIDENTE JAMES Michel** foi reeleito para outro mandato de cinco anos no cargo, depois de ganhar cerca de 55 por cento dos votos na eleição presidencial de 19-21 Maio.

De acordo com a comissão eleitoral, Wavel Ramkalawan do Partido Nacional das Seychelles obteve cerca de 42 por cento, enquanto Philip Boule, um candidato independente, Ralph e Volcere do Novo Partido Democrata colheram cerca de dois por cento e um por cento, respectivamente.

Falando logo após o anúncio dos resultados, Michel descreveu a sua vitória como uma nova era para todo o povo das ilhas.

Ele se comprometeu a levar o país à prosperidade, exortando a todos cidadãos a



James Michel foi reeleito para ser Presidente nas Seychelles.

trabalhar juntos para o bem da nação.

"Nós vamos criar juntos a paz e harmonia, uma Seychelles que respeita a diversidade de opiniões, vamos colocar as nossas diferenças de lado e construir um País unido."

Ele acrescentou que "os meus braços estarão sempre abertos e as minhas portas permanecerão abertas. Vou trabalhar para o bem-estar de todos nas Seychelles, sem excepção."

Devido às distâncias em todo o arquipélago, a votação foi realizada durante três dias com as ilhas do exterior a exercerem o seu direito de voto nos dias 19 e 20 de Maio para permitir que exercício fosse concluído a tempo e os boletins entregues de volta para a ilha principal de Mahé.

Nas últimas eleições presidenciais realizadas em Julho de 2006, o presidente Michel derrotou Ramkalawan e Boule ao obter aproximadamente 54 por cento, contra 46 por cento e menos de um por cento recolhido por Ramkalawan e Boule, respectivamente.

Nas Seychelles o Presidente é eleito pelo voto da maioria absoluta através de um sistema de duas voltas para um mandato de cinco anos. □



SADC HOJE Vol 13 No 4 Junho 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Kizito Sikuka, Joseph Ngwavi, Eglene Tauya, Leonissah Abwino-Munjoma,
Neto Nengomasha, Phyllis Johnson, Agatha Njanike, Patience Ziramba.

CONSELHO EDITORIAL

Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leeefa Penehupifo Martin

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 environmentgreen.com; P1, 5, 7, 8, 11 Phyllis Johnson; P1, 11 SARDC;
P2 telegraph.co.uk, flickr.com, news.bbc.co.uk; P4 Nippon Koei Co.Ltd & Oriental Consultants Co. Ltd; P5 Sheila Chikulo; P6 Manuel Malaze; P8 Agatha Njanike;
P8, 9, 10 renewableenergy.com; P11 simplytravel.co.za, Conservation Corporation Africa,
Kristin Mosher; P14 seychellesweekly.com; P16 worldpress.com

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento

Com o apoio das seguintes companhias aéreas:

Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia,
South African Airways, Air Mauritius, TAAG Angolan Airlines
e Air Zimbabwe

SARDC

South African
Regional Development
and Cooperation Centre

www.sardc.net
Knowledge for Development

E V E N T O S

EVENTOAS DIÁRIO Junho 2011

Junho	
11 Junho	2ª Cimeira Tripartida SADC-COMESA-EAC Chefes de Estado e de Governo das três regiões vão se reunir na sua segunda Cimeira para discutir formas de promover maior integração entre os Estados-Membros. O destaque será o lançamento formal das negociações para o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Tripartida que vai englobar 26 Países da África Austral e Oriental em 2012.
14-16, França	Fórum Africano de Energia Especialistas em energia irão explorar formas como a África, sendo um dos mais rápidos mercados emergentes no mundo, pode satisfazer a crescente demanda de energia para assegurar o desenvolvimento sustentável.
20-23, África do Sul	Conferência Africana de Investimentos A conferência vai proporcionar oportunidades para o continente procurar formas de atrair investimentos em vários sectores, como energia, infra-estrutura, mineração e agricultura.
28-29, Swazilândia	5º Diálogo Multi-Sectorial sobre a Água Com o tema "Desenvolvimento da rega na SADC: Financiamento da Água para a Resiliência as Alterações Climáticas e garantia da Segurança Regional contra os Desastres" o diálogo tem como objectivo aumentar a consciencialização e compreensão das oportunidades de financiamento das mudança climáticas no sector de água.
23 Junho-1 Julho, Guiné Equatorial	Cimeira da União Africana A Cimeira irá discutir formas de aprofundar a integração regional e continental, e questões relacionadas com o tema "Acelerar a Capacitação da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável".
Julho	
6-7, Tunísia	Conferência da ADEA A Associação para o Desenvolvimento da Educação em África vai se reunir para discutir formas de melhorar a educação no continente.
18-22, África do Sul	Situação Bancária de África em 2011 Partes interessadas vão se reunir para avaliar o estado do sistema bancário em África, com soluções para os principais desafios enfrentados pelos bancos emergentes em África.
19, África do Sul	Congresso sobre Mineração A primeira conferência sobre mineração e investimentos em África visa oferecer encontrar soluções para o sector de mineração.
Agosto	
4-5, África do Sul	Conferência sobre o Renascimento Africano A conferência analisará questões relacionadas com a redefinição e reconstrução do continente Africano de forma a ter maior acesso e desenvolvimento dos seus próprios recursos sócio-económico.
11-18, Angola	Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC Os líderes da SADC vão se reunir para discutir questões que visam promover a integração regional e desenvolvimento. A Cimeira será precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros.
29 Agosto-2 Setembro, África do Sul	37ª Reunião da SAPP A reunião vai rever a situação de energia na região. O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) é o centro de gestão de 12 empresas de electricidade na SADC.

35 anos

África do Sul recorda Soweto

A 16 de Junho de 1976 ocorreu um incidente na África do Sul que mudou a face da luta da África Austral para a liberdade política e emancipação, quando uma marcha de protesto, desencadeada por crianças negras africanas do Soweto, terminou com a polícia disparando tiros sobre elas.

O governo do então regime de apartheid situou o número de mortos em 95, mas acredita que esta cifra possa ser muito maior.

O incidente ganhou manchetes internacionais e galvanizou a determinação da maioria da população negra da África do Sul à lutar pela liberdade.

A fotografia de Mbuyisa Makhubo carregando o corpo de seu amigo de 13 anos de idade, Hector Petersen, tornou-se uma imagem icónica que simboliza a luta da juventude da África do Sul – e o princípio do fim do apartheid.

A foto, tirada por Sam Nzima, do jornal The World, apareceu nos jornais e nos canais de televisão de todo o mundo, provocando indignação e uma nova consciência que a oposição endureceu dentro e fora da África do Sul contra a brutalidade das autoridades apartheid.

Naquele dia, mais de 20.000 crianças em idade escolar no Soweto fizeram um novo protesto pacífico contra a imposição do Afrikaans como língua de instrução para os alunos negros e contra a discriminação que sofriam ao se relegar a "educação bantu" a um nível inferior no currículo.

O sistema de educação Bantu, que tinha sido imposta para negros sul-africanos desde 1953, foi caracterizado por escolas separadas e universidades, instalações precárias, salas de aula superlotadas e professores mal treinados.

A coragem dos estudantes de Soweto, em Junho de 1976 é hoje comemorada como feriado nacional na África do Sul, Dia da Juventude, em homenagem a todos os jovens que perderam suas vidas na luta contra o apartheid e educação Bantu.

Trinta e cinco anos depois, a África do Sul reconhece a coragem dos jovens que ajudaram a pôr fim o apartheid.

A revolta estudantil de 16 Junho demonstrou o papel desempenhado pelos jovens na luta para a libertação da África Austral do domínio colonial. Os jovens estiveram na vanguarda da luta pela independência em todos os Países na África Austral.

Copa do Mundo 2010 - Um ano depois



O 11 Junho é um dia especial na história do desporto em África. Marca o dia em que o continente africano acolheu a sua primeira Copa do Mundo no seu território.

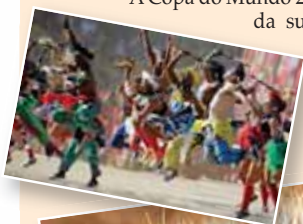
A Copa do Mundo de 2010 decorreu na África do Sul e desde então tem sido aclamado como uma das melhores finais de sempre na história do torneio.

O Presidente Comité Organizador Local da Copa 2010, Danny Jordaan, disse que um evento comemorativo vai ter lugar em Julho para celebrar a passagem do primeiro ano desde que a África acolheu uma final.

Ele disse que fase final da copa apresentou o calor da África do Sul e demonstrou que a África tem a capacidade de acolher grandes eventos.

"A Copa do Mundo 2010 permitiu que a África do Sul dissipasse as dúvidas da sua capacidade e permitiu convidar ao mundo para testemunhar a realidade, contrariando as dúvidas de todos aqueles que achavam que a África do Sul não tinha capacidade," disse ele.

Um jogo está previsto ainda para este ano entre os actuais campeões europeus e campeões do mundo, Espanha, e contra uma Selecção Africana em homenagem dos adeptos de futebol e os organizadores do torneio.



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Junho-Agosto 2011

01 Junho	Dia Internacional da Criança	Angola
05 Junho	Dia da Liberdade	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Dia da Independência	RDC
1 Julho	Dia de Sir Seretse Khama	Botswana
4 Julho	Dia dos Heróis	Zâmbia
5 Julho	Dia da Unidade	Zâmbia
6 Julho	Dia da Independência	Malawi
7 Julho	Feira Internacional Saba Saba	Tanzânia
17 Julho	Aniversário do Rei	Lesotho
18 Julho	Dia do Presidente	Botswana
19 Julho	Feriado Público	Botswana
22 Julho	Feriado Público	Swazilândia
01 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
01 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
08 Agosto	Dia do Camponês	Tanzânia
08 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
09 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
09 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
15 Agosto	Dia da Assunção	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
30/31 Agosto	Eid-El-Fitri*	Tanzânia
	Eid-UI-Fitri*	Maurícias

* Depende do visualização da lua nova